

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES
DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
4ª- EDIÇÃO (2014-2015)**

Gláubia Jaques da Silva

A Inclusão de Alunos Surdos em Classes Regulares

Alegrete/RS

2015

Gláubia Jaques da Silva

A Inclusão de Alunos Surdos em Classes Regulares

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado ao programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FACHED/UFRGS, como requisito ao título de Especialista em Gestão Educacional, do Programa nacional de Gestores da Educação Básica/MEC, orientado pelo Prof. Julian Milone.

Alegrete/RS

2015

RESUMO

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal de Rio Grande do Sul – UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Educação, abordando uma revisão de literatura sobre Gestão Democrática e construção do Projeto Político-Pedagógico, voltados à inclusão de alunos surdos em classe regular, com educação bilíngue e o apoio do Atendimento Educacional Especializado nesta inclusão, a partir da análise bibliográfica de Leis e Diretrizes da educação e autores, como GADOTTI e ROMÃO (1997), MANTOAN e SANTOS (2010), DAMÁZIO e ALVES (2010). Um Projeto de Intervenção, utilizando a pesquisa-ação como recurso metodológico e a aplicação de questionários à comunidade escolar de uma Escola Pública Estadual de Alegrete/RS, embasa a metodologia utilizada neste trabalho, com a finalidade de encontrar subsídios para a atualização do PPP da escola, que possui seis alunos surdos incluídos em classe regular.

Palavras-chave: Gestão democrática. PPP. Inclusão. Surdos. Classe regular. AEEPS, Libras.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	REFERENCIAL TEÓRICO	6
	2.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PPP VOLTADOS À INCLUSÃO	6
	2.2 A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR .	9
	2.3 A EDUCAÇÃO BILINGUE NA ESCOLA REGULAR	11
	2.4 O ALUNO SURDO NA CLASSE REGULAR.....	14
3	METODOLOGIA	16
4	ANÁLISE DAS AÇÕES	18
5	A INCLUSÃO DE SURDOS, O PPP E A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA ANALISADA	22
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
	REFERÊNCIAS	28

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um estudo referente à Gestão Democrática na Escola Pública voltada a inclusão de alunos surdos em classe regular em uma escola Pública Estadual, de Alegrete/RS e foi desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – do curso de Gestão, modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Tem por objetivo encontrar subsídios a fim de atualizar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola no que se refere à inclusão de alunos surdos em classe regular.

A primeira parte deste trabalho faz uma relação entre Gestão Democrática e PPP voltados à inclusão. É um estudo de Leis e Diretrizes que contemplam a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais no ensino regular, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei 9.394/96), além de referências a alguns autores que dissertam sobre a importância da construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico, assegurando, assim, a Gestão Democrática na escola pública.

Como a escola onde o trabalho foi realizado possui um número considerável de alunos surdos incluídos em classes regulares, tratamos especificamente deste tema, explicando alguns conceitos sobre surdez e a proposta pedagógica da educação bilíngue dos autores Damázio e Alves (2010). Estes afirmam ser necessário, ao surdo, além de aprender sua primeira língua, Libras, também saber a língua oficial do seu país de origem, no nosso caso, a Língua Portuguesa.

Acreditamos que, antes de qualquer argumentação, a inserção da língua do país é um direito linguístico de todas as pessoas com surdez, por serem cidadãos e participarem da vida social, política e econômica de uma nação. No Brasil, a língua oficial é a Língua Portuguesa, portanto o ensino dela se faz necessário, sim, e essas pessoas conseguem aprendê-la, sim, desde que respeitados seus tempos e ritmos de aprendizagem. (DAMÁZIO; ALVES, 2010, P. 91)

Ainda considerando os estudos destes autores, fazemos uma análise da importância do Atendimento Educacional Especializado para Pessoas com Surdez (AEEPS) na escola em que existam alunos surdos incluídos. Conforme

Damázio e Alves (2010), é o AEEPS responsável pela alfabetização em Libras e por dar suporte aos professores das classes regulares com surdos incluídos:

[...] o AEE em Libras oferece as ideias básicas dos conhecimentos acadêmicos, disponibilizando os conteúdos conforme a estrutura própria do currículo, contribuindo com o desenvolvimento cognitivo do aluno com surdez e, posteriormente, com o seu desenvolvimento em classe comum e a sua relação com a escola (DAMÁZIO; ALVES, 2010, p. 78).

Para a realização deste trabalho, a metodologia aplicada foi um Projeto de Intervenção, tendo a pesquisa-ação como método principal. Para a coleta de dados na escola, foram utilizados questionários aplicados a alunos surdos, alunos ouvintes, professores de classes regulares com alunos surdos incluídos, funcionários da escola, professores de Libras e intérpretes de Libras da escola. A análise dos dados coletados na pesquisa – ação consta no capítulo Análise das Ações.

Por último, fazemos um estudo específico sobre a inclusão de surdos na escola estudada, levando em consideração a pesquisa bibliográfica realizada e o Projeto de Intervenção, relacionados à Gestão Democrática e a importância que o projeto político-pedagógico tem para amparar e embasar a inclusão na escola.

Para incluir é necessário que a escola se transforme a fim de atender às diferenças. Esta transformação perpassa todos os segmentos escolares, por isso é necessária a participação de toda a comunidade escolar na organização curricular, nos planos pedagógicos e nas ações transformadoras que devem acontecer, visando incluir alunos com necessidades especiais, sem excluir os alunos que não são portadores de nenhuma necessidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PPP VOLTADOS À INCLUSÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, explicita, como um dos princípios para a educação no Brasil, a gestão democrática do ensino público. Essa preocupação é reiterada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei 9.394/96), no artigo 3º, ao assinalar que a gestão democrática, além de estar em conformidade com a lei, deve estar consoante à legislação dos sistemas de ensino, pois, como lei que detalha a educação nacional, acrescenta a característica das variações dos sistemas nas esferas federal, estadual e municipal. A LDBEN (1996), em seu artigo 14, afirma que:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Evidencia-se, assim, a importância da participação de professores, funcionários, pais e alunos, junto à direção, na gestão da escola pública. Embora esta não seja soberana e independente no seu sistema de ensino, estes devem garantir autonomia às unidades escolares para gerenciar os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros, conforme artigo 15 da LDBEN (1996):

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram, progressivos grau de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público (BRASIL, 1996).

Mesmo garantida por lei, a autonomia escolar se constrói aos poucos no cotidiano. Do ponto de vista cultural e educacional, encontram-se poucas experiências de construção da autonomia e do cultivo de hábitos democráticos

na escola. Em contrapartida, o autoritarismo foi, e ainda é, a grande matriz formadora nas escolas. Para Gadotti e Romão (1997):

A gestão democrática é um passo importante no aprendizado da democracia. A escola não tem um fim em si mesma. Ela está a serviço da comunidade. Nisso a gestão democrática da escola está prestando um serviço também à comunidade que a mantém (GADOTTI; ROMÃO, 1997, p. 35).

A gestão democrática nas escolas é exercida por professores quando da organização da prática pedagógica. Nesse sentido, fazem a diferença o modo de organização dos conteúdos, a forma de sugerir as atividades em sala de aula, o controle disciplinar, a interação com alunos com e sem deficiências nas tarefas escolares e na forma os alunos são avaliados.

Pais e alunos participam da gestão escolar tomando parte de colegiados como Grêmios Estudantil, Círculo de Pais e Mestres e Conselhos Escolares, onde podem posicionar-se sobre assuntos pedagógicos e administrativos, contribuindo para a melhoria da escola. Por meio destes colegiados, o diretor pode contar com o apoio de outras pessoas envolvidas no processo educacional a fim de implantar melhorias na escola e no ensino, sem perder seu caráter de autoridade responsável pela escola, mas deixando de exercer uma ação individual e passando a considerar o coletivo.

A elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma escola é a oportunidade que a comunidade escolar tem, assim, de participar ativamente na gestão democrática da escola, pois o PPP deve ser construído coletivamente, e todos os segmentos da comunidade escolar devem participar dessa construção.

O PPP é o documento que sintetiza todo o plano de ação da escola no que se refere ao planejamento e desenvolvimento do trabalho da equipe escolar, bem como determinar a avaliação das metas propostas. Para Gadotti e Romão (1997):

É preciso entender o Projeto Político-Pedagógico da escola como um situar-se num horizonte de possibilidades na caminhada, no cotidiano, imprimindo uma direção que deriva de respostas a um feixe de indagações, tais como: que educação se quer e que tipo de cidadão se deseja, para que projeto de sociedade? A direção se fará ao entender e propor uma organização, que se funda no

entendimento compartilhado dos professores, alunos e demais interessados em educação (GADOTTI; ROMÃO, 1997, p. 42).

O PPP da escola deve ser construído a partir de um diagnóstico das demandas da escola, elencadas as prioridades sociais e de cidadania, o que lhe confere o caráter POLÍTICO e as demandas educativas, alinhadas com as prioridades estabelecidas, que conferem ao PPP o caráter PEDAGÓGICO.

A gestão democrática e a construção do PPP da escola tem papel fundamental na inclusão de alunos com necessidades especiais. O Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como os demais serviços oferecidos pela escola, constam no PPP e passam a ser organizados com o conhecimento e a participação de toda a equipe escolar. Para Mantoan e Santos (2010):

O processo de elaboração do PPP tem como pressuposto o diagnóstico da escola. Em se tratando de uma escola inclusiva, o diagnóstico requer: ação coletiva; composição de análises qualitativas, não se limitando a uma mera descrição quantitativa da realidade escolar; pressuposto de uma dimensão de processo e de sequência (MANTOAN; SANTOS, 2010, p. 48).

O diagnóstico deve levar em conta as diferenças de todos os alunos. No PPP devem constar todas as atividades da escola, desde a acessibilidade das estruturas físicas até aspectos pedagógicos e sociais. Essas possíveis barreiras, físicas ou comportamentais, que impedem a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais, seja por dificuldade de acesso à escola ou por preconceito, precisam ser desconstruídas para assegurar um ganho significativo no acesso, permanência e qualidade na escola.

Quanto ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), no PPP da Escola, Mantoan e Santos (2010) afirmam que:

[...] a oferta desse atendimento é obrigatória da parte dos sistemas de ensino, embora participar do AEE seja uma decisão do aluno e/ou de seus pais/responsáveis. A garantia do efetivo direito do aluno à educação é um compromisso intrasferível que deve ser assumido pela escola e, portanto, inscreve-se no seu Projeto Político-Pedagógico, o documento que representa legalmente a responsabilidade da instituição escolar para com a observância desse direito (MANTOAN; SANTOS, 2010, p. 49).

No PPP da escola deve constar o AEE, como uma das dimensões da escola frente às diferenças em relação à necessidade de acesso e aprendizado de seus alunos. O AEE se articula com a proposta da escola comum, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em sala de aula de ensino regular.

Ainda sobre o AEE e o PPP, as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, expedidas pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEESP – MEC), em abril de 2009, explicam que:

A oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve constar no Projeto Político-Pedagógico da escola de ensino regular, prevendo na sua organização: a) Sala de recursos multifuncional; b) Matrícula do aluno no AEE; c) Plano de AEE; d) Professor para o exercício da docência do AEE; e) Profissionais da educação; f) Articulação entre professores do AEE e os do ensino comum; g) Redes de apoio (BRASIL, 2009).

Na inexistência de uma Sala Multifuncional na escola, esta deve solicitar junto aos órgãos do sistema, a instalação de uma. Na existência desta sala, o Projeto Político-Pedagógico, além de prever o acompanhamento e a articulação do trabalho do professor de AEE com os professores das salas regulares, deve monitorar o trabalho especializado de produção de materiais didáticos referentes às especialidades que a escola atende: Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), Deficiência Auditiva, Deficiência Visual, entre outras.

2.2 A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR

A pessoa com deficiência auditiva é aquela que possui uma redução ou ausência da capacidade de ouvir determinados sons, em diferentes graus e intensidade. Pelo Decreto Federal n.º 5626/2005, art 2.º:

Pessoa surda é aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Parágrafo único: considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por

audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, 2005).

Este decreto além de definir deficiência auditiva pautada na perda da audição, aponta um termo diferenciado para se remeter àquela pessoa que possui uma língua e uma cultura diferenciada: pessoa surda.

Considerando que a audição é essencial para a aquisição da linguagem falada, os indivíduos surdos possuem grandes limitações na comunicação com indivíduos ouvintes, o que os leva a terem dificuldades nos relacionamentos interpessoais, levando-os a encontrarem dificuldades de inserção no ambiente pessoal, escolar e profissional.

A preocupação em resgatar os surdos do anonimato e trazê-los ao convívio social, como sujeitos com direitos que merecem a atenção de todas as instituições educacionais organizadas, fez com que surgisse a filosofia bilíngue que concebe aos surdos a condição de diferentes, não mais de excluídos.

A abordagem educacional por meio do bilinguismo visa capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas: a língua de sinais e a língua da comunidade ouvinte. Quadros (2000) diz:

Quando me refiro ao bilinguismo não estou estabelecendo uma dicotomia, mas sim reconhecendo as línguas envolvidas no cotidiano dos surdos, a Língua Brasileira de Sinais e o Português no contexto mais comum no Brasil (QUADROS, 2000, p. 54).

As propostas educacionais do bilinguismo começaram a ser estruturadas a partir do Decreto 5626/2005 que regulamentou a Lei de Libras (Língua Brasileira de Sinais). Dessa forma, os surdos passaram a ter direito ao conhecimento de LIBRAS para comunicação gestual e o Português para a modalidade escrita.

No Brasil, as pessoas com surdez conseguiram o reconhecimento da sua língua natural, a Língua Brasileira de Sinais - Libras, só em 2002, com a Lei 10.436, em que está dito:

Parágrafo único: Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas no Brasil (BRASIL, 2002).

Atribui-se a Libras o *status* de língua, porque ela se compõe de níveis linguísticos: fonológico, sintático e semântico. É uma língua com estrutura gramatical própria e uma linguística bem definida. O que diferencia a Língua de Sinais das demais línguas é sua modalidade visual-espacial, diferente da maioria das outras que possuem a modalidade oral-auditiva, por isso a Libras é independente da Língua Portuguesa.

A Língua de Sinais é visual-espacial e como língua ela tem suas normas, padrões e regras próprias. Seus sinais são formados pelo movimento e pelas combinações das mãos com o espaço em frente ao corpo. Os parâmetros definem as articulações das mãos com os componentes do corpo e conferem a Língua de Sinais uma organização de movimentos gestuais e das expressões por ela determinadas. A expressão facial e corporal são componentes não manuais muito importantes, que participam da composição dos sinais, podendo alterar seu significado (interrogação, exclamação, negação, afirmação...).

2.3 A EDUCAÇÃO BILÍNGUE NA ESCOLA REGULAR

Para que o ensino de Libras não se restrinja a um mero aprendizado de sinalização de palavras usadas no cotidiano, mas que, contextualizado, garanta sentido naquilo que se está aprendendo, criou-se o Atendimento Educacional Especializado para Pessoas com Surdez – AEEPS.

Para Damázio e Alves (2010):

O Atendimento Educacional Especializado para pessoas com surdez (doravante AEEPS), na perspectiva inclusiva, estabelece como ponto de partida a compreensão e o reconhecimento do potencial e das capacidades do ser humano com surdez, vislumbrando seu plano de desenvolvimento e sua aprendizagem. As diferenças dos alunos com surdez serão respeitadas, considerando a obrigatoriedade dos dispositivos legais, que determinam o direito de uma educação bilíngue, em que a Libras (Língua brasileira de sinais) e a Língua Portuguesa escrita constituem línguas de instrução no desenvolvimento de todo o processo educativo (DAMÁZIO; ALVES, 2010, p. 52).

Assim, para garantir este atendimento educacional especializado, uma das soluções encontrada foi a criação das Salas para Atendimento Educacional Especializado para alunos com surdez, que conta com um professor específico

para ensinar Libras. Este ensino deve ser bem pensado e planejado visto que envolve o ensino de uma língua especializada.

Segundo Damázio e Alves (2010), para atuar no AEE de Libras, o professor deve ter:

Amplo domínio da estrutura de Libras; saber ensinar a Língua de Sinais dialogicamente, estabelecendo interações comunicacionais; não usar o canal da Língua Portuguesa para ensinar a Libras, ou seja, falar e/ou escrever e logo em seguida sinalizar; saber desenvolver os vários conceitos da Libras de forma vivencial, sem excluir os conceitos abstratos; elaborar recursos didáticos com o uso de imagens; trabalhar a partir de um contexto (DAMÁZIO; ALVES, 2010, p. 74).

Então, o Atendimento Educacional Especializado para Pessoas com Surdez (AEEPS) exige um professor especializado, pois cabe a ele gestar e construir com responsabilidade o ambiente de aprendizagem para o aluno com surdez, escolhendo os melhores procedimentos, métodos e recursos para a organização da sala especializada.

A organização didática do AEEPS é realizada a partir do diagnóstico inicial do aluno com surdez. Em seguida, o professor elabora o plano AEEPS que, segundo Damázio e Alves (2010, p. 57), deve envolver três momentos didático-pedagógicos: “Atendimento Educacional Especializado em Libras; Atendimento Educacional Especializado para o ensino da Língua Portuguesa escrita; e o Atendimento Educacional Especializado para o ensino de Libras”. Este plano deve respeitar o ambiente comunicacional das duas línguas e a participação ativa e interativa dos alunos com surdez, assegurando uma aprendizagem significativa.

Para uma educação bilíngue, o AEEPS em Libras fornece a base conceitual dessa língua e do conteúdo curricular, oferecendo ao aluno com surdez a compreensão desse conteúdo, atendimento à necessidade específica da língua de sinais e do acesso aos conhecimentos por meio dela. Assim, sendo o AEE em Libras complementar ao ensino da classe comum, o AEE em libras oferece as ideias básicas dos conhecimentos acadêmicos, disponibilizando os conteúdos conforme a estrutura própria do currículo, contribuindo com o desenvolvimento cognitivo do aluno com surdez e, posteriormente, com o seu desenvolvimento em classe comum e a sua relação com a escola. Portanto, o AEE em Libras deve ocorrer diariamente, em horário

contrário ao das aulas da classe comum, acompanhando o desenvolvimento do conteúdo curricular, para que o aluno com surdez relacione esses conteúdos aprendidos também em Língua de Sinais.

Para garantir um aprendizado bilíngue é importante fornecer ao aluno surdo o ensino da Língua Portuguesa, na forma gramatical, de leitura e escrita. Para isso, devemos conhecer como se dá o ato de ler e o ato de escrever para pessoas surdas. Segundo Damázio e Alves (2010):

Para as pessoas surdas, a leitura se dá por meio de um processo de interlocução entre leitor/autor mediado pelo texto, em que há um movimento de ir e vir constante dessas pessoas, movimento que estimula seus mecanismos perceptivos indo do todo para as partes e vice-versa, num percurso de contextualização, descontextualização e recontextualização (DAMÁZIO; ALVES, 2010, p.91).

O processo de contextualização vai do todo textual e de seus sentidos iniciais, a um processo de desmontagem do texto em unidades. A descontextualização é o reconhecimento das partes do texto, suas estruturas em palavras ou frases, sílabas e grafemas. E, por último é realizado o processo de recontextualização que é a montagem das partes do texto ou de outros sentidos, produzindo outras palavras com outras sílabas e grafemas, para que o aluno possa construir outras frases e a outros textos, percebendo outros sentidos.

O ensino da Língua Portuguesa para alunos surdos deve ocorrer na sala de AEE, em turno inverso ao da sala comum e, preferencialmente, ministrado por professor formado em Língua Portuguesa. O objetivo desse atendimento, segundo Damázio e Alves (2010, p. 95), é “desenvolver a competência gramatical e/ou linguística, bem como textual, nas pessoas com surdez, para que elas sejam capazes de gerar sequências linguísticas aceitáveis e bem formadas na norma culta ou padrão”. Para que isso aconteça, é fundamental que a sala do Atendimento Educacional Especializado seja organizada com riqueza de materiais e recursos visuais, amplo acervo textual em Língua Portuguesa, presença de pistas que levem à reflexão para o entendimento da estrutura e o funcionamento da língua, dinamismo e criatividade na elaboração de exercícios de fixação.

É importante, então, para uma educação bilíngue, proporcionar aos alunos surdos incluídos a oportunidade de trabalhar com dois professores de

AEE: um para ensinar a Libras e outro para ensinar a Língua Portuguesa na forma oral e escrita.

2.4 O ALUNO SURDO NA CLASSE REGULAR

Incluir um aluno surdo na classe regular é mais do que simplesmente proporcionar aprendizagem de conteúdos. A classe regular é o local onde existem trocas de conhecimentos e experiências, é onde a diversidade e a pluralidade se fazem presente contribuindo para trocas vitais para o pleno desenvolvimento do ser humano. Na classe regular, o surdo terá oportunidade de vivenciar essas trocas e desenvolver-se como ser humano. Para que isso aconteça, é necessário pensar na organização desse espaço. Damázio e Alves (2010) dizem que:

A organização deste espaço de ensino implica o uso de muitas imagens visuais para a escrita em Língua Portuguesa e de todo tipo de referências, ou seja, de pistas que possam colaborar para que os alunos com surdez tenham acesso ao conteúdo curricular em estudo (DAMÁZIO; ALVES, 2010, p. 62).

Materiais e recursos para esse fim devem estar presentes na sala de aula na forma de mural de avisos e notícias, biblioteca na sala, gravuras e fotos sobre o tema da aula, roteiro de planejamento, fichas de atividades e outros meios que levem a uma aprendizagem significativa, principalmente de forma visual.

A comunicação entre alunos ouvintes e com surdez nas salas de aula comum é livre, porém com o professor deve ser prioritariamente pelo canal da Língua Portuguesa oral e escrita, no qual o professor cria a oportunidade de os alunos aprenderem a leitura labial, a leitura e a escrita de palavras, frases e texto. Assim, não é necessário que o professor domine a Língua Brasileira de Sinais para se fazer entender em sala de aula pelos alunos surdos. Sobre isso, Damázio e Alves (2010) nos dizem que:

O professor de sala de aula comum não precisa dominar a Língua de Sinais para ministrar os conteúdos curriculares em Língua Portuguesa oral e escrita, mas deve aprender a trabalhar com as diferenças da turma, usando procedimentos de ensino diversificados, provocando situações de aprendizagem enriquecedoras; por isso, a organização pedagógica da sala precisa se rigorosamente planejada (DAMÁZIO; ALVES, 2010, p.65).

As autoras ressaltam:

O uso de Língua de Sinais, como sistema de comunicação entre o professor e o aluno com surdez, pode interferir no aprendizado de Língua Portuguesa, na sala de aula comum, que é o ambiente ideal para que a Língua Portuguesa seja aprendida, enriquecida e mantida (DAMÁZIO; ALVES, 2010, p. 65).

O processo na sala de aula regular deve se dar, portanto, de forma natural, utilizando práticas pedagógicas diversificadas, ambiente de aprendizagem organizado, com pistas visuais escritas, utilizando canais de comunicação diversos, tais como livros, explicação no quadro, cópias no caderno e o uso da Língua de Sinais de forma irrestrita entre os alunos. Não sendo necessária a presença de intérprete em sala de aula, pois, segundo Damázio e Alves (2010):

A inserção do aluno com surdez em sala de aula comum relaciona-se mais com a proposta educacional da escola do que unicamente com a contratação de intérprete, oferecimento de cursos de Língua de Sinais para professores de sala de aula comum e outras soluções que são próprias do Atendimento Educacional Especializado em Língua de Sinais e Língua Portuguesa (DAMÁZIO; ALVES, 2010, p.65)

Fica claro, portanto, que em sala de aula regular onde há alunos surdos incluídos, o desenvolvimento dos conteúdos deve seguir a proposta inicial de uma sala sem incluídos surdos, porém dando ênfase à organização da sala, com amplo uso de matérias visuais e de comunicação oral e escrita. O Atendimento Educacional Especializado é que deve dar o respaldo técnico ao aluno surdo incluído.

3 METODOLOGIA

A fim de melhor conhecer a realidade dos alunos surdos incluídos nos anos regulares de uma Escola Estadual do Rio Grande do Sul e para que o tema Inclusão atenda às reais necessidades da comunidade escolar no Projeto Político-Pedagógico da escola, optou-se pela realização de um Projeto de Intervenção (PI) com o objetivo de encontrar subsídios que garantam a inclusão dos surdos nos anos regulares, com qualidade, permitindo-lhes o direito à educação bilíngue e proporcionar aos demais envolvidos no processo segurança para a realização de um bom trabalho.

Utilizamos o método da pesquisa-ação que abrange diretamente os envolvidos no processo de inclusão na escola, ou seja, alunos surdos, colegas dos surdos, pais dos alunos surdos, bem como professores intérpretes de libras, funcionários e professores que tratam diretamente com os surdos.

A pesquisa-ação é uma metodologia muito utilizada na educação, pois promove condições para ações e transformações dentro da escola. Segundo TRIPP (2005, p. 447): “pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática.” Isto acontece porque, com a pesquisa-ação, é possível obter um diagnóstico da situação que queremos estudar, formular estratégias de ação, desenvolver e avaliar estas estratégias colocando-as em prática para as mudanças que desejamos alcançar.

Para que a escola efetivamente promova uma gestão democrática é fundamental que exista a participação de todos os segmentos da comunidade escolar. Assim sendo, estes segmentos foram chamados a participar da realização deste PI através de ações que ampliaram a participação e engajamento de toda a comunidade no mesmo. Realizamos uma reunião com a equipe diretiva onde o tema Inclusão foi sugerido para estudo devido ao número de alunos com necessidades especiais incluídos na escola. Visando uma delimitação de tema optou-se para aprofundar o estudo especificamente na inclusão de surdos, pois a escola possui seis surdos incluídos no ensino regular em três séries distintas e enfrenta muitas dificuldades para realizar esta inclusão.

Com o intuito de conhecer melhor a opinião dos envolvidos na inclusão dos surdos na escola e, com isso, poder criar ações para melhorar o processo de inclusão e encontrar subsídios para abordar o tema na atualização do Projeto Político-Pedagógico da Escola, foram aplicados questionários com pais, alunos, professores e funcionários da escola. Neles, os segmentos puderam expressar suas opiniões sobre o tema, bem como opinar sobre novas formas de melhorar o processo.

Além da pesquisa-ação, realizamos também uma pesquisa bibliográfica com a intenção de buscar subsídios legais sobre a inclusão de alunos surdos em classes regulares e garantir o Atendimento Educacional Especializado a eles, o que norteará o tema inclusão no Projeto Político-Pedagógico da escola.

4 ANÁLISE DAS AÇÕES

A partir dos questionários aplicados, foram coletadas as seguintes informações:

Dos seis alunos surdos incluídos na escola, cinco responderam o questionário apresentado. Todos com surdez congênita, ou seja, nasceram surdos. Três estão incluídos no 8.º ano, um no 6.º ano e um no 3.º ano do Ensino Fundamental, destes, quatro deles iniciaram os estudos em classe especial de surdos onde foram alfabetizados em libras e posteriormente incluídos no ensino regular, um no 4.º ano e três no 5.º ano. Um deles iniciou os estudos, já incluído, no primeiro ano do fundamental e está sendo alfabetizado em libras no turno inverso. Todos frequentam a sala de AEEPS em turno inverso onde realizam atividades em libras e reforçam os conteúdos da classe regular com uma professora especialista em Libras. Todos dominam a Língua Brasileira de Sinais e possuem intérprete de libras na sala de aula, porém salientam que conseguem se comunicar, razoavelmente bem, somente com um professor que tem conhecimento em libras, com os outros a comunicação acontece com dificuldade.

Sobre o relacionamento com ouvintes da escola, eles têm em torno de 17 colegas ouvintes com os quais se comunicam com facilidade, sendo que aqueles que dominam Libras costumam auxiliar na conversação com professores e outros colegas da escola. Dos cinco entrevistados, um deles gostaria de estudar somente com surdos, os demais gostam das salas regulares, porém ressaltam que é difícil participar das atividades proporcionadas pela escola sem as intérpretes auxiliando. São unânimes ao afirmar que, para melhorar a inclusão na escola, é necessário que os professores que ministram as aulas saibam a linguagem dos surdos, Libras.

Os alunos ouvintes entrevistados afirmam que possuem colegas surdos a três e cinco anos e que se relacionam bem com eles. A maioria considera estes colegas como amigos e interagem com eles através de Libras, que aprenderam com a convivência e por meio de sinais, se entendem bem. Aqueles que têm mais facilidade com libras costumam auxiliar os professores em sala de aula e consideram importante ter colegas surdos na sala de aula porque aprendem mais com eles e que estes colegas estão bem adaptados em

sala de aula. Salientam que, para melhorar a inclusão, é necessário proporcionar cursos em libras para os envolvidos.

A escola tem duas intérpretes de libras que atendem os surdos em sala de aula. Uma delas auxilia os que estão nos anos finais e a outra os dois que estão nos anos iniciais. Como são duas turmas distintas para cada uma, elas revezam-se no atendimento, trocando constantemente de sala. Ambas trabalham a mais de cinco anos com surdos e o trabalho delas é auxiliar os alunos a realizarem as atividades em sala de aula traduzindo para Libras as orientações dos professores. As professoras se consideram aptas a realizar este trabalho. Classificam a inclusão de surdos como difícil porque existem poucos profissionais de Libras na cidade e que a maioria dos professores das disciplinas regulares não têm conhecimento nesta língua. A vantagem para os surdos serem incluídos é a oportunidade de socializarem com colegas ouvintes. A dificuldade é que acabam isolados, pois ainda existem barreiras na comunicação. Para melhorar a inclusão, os intérpretes de libras acreditam que há a necessidade de oferecer mais cursos de Libras e que os professores recebam constantes treinamentos nesta língua.

Dos oito professores das disciplinas regulares entrevistados, que possuem alunos surdos, somente um realizou curso de libras, os outros comunicam-se apenas com sinais gerais. Um dos professores afirma que realizou um curso básico de quatorze dias e aprendeu noções básicas, o restante aprende com a convivência diária. Todos afirmam que a presença de intérprete de libras na sala é importante, que facilita a socialização e o aprendizado.

Os professores entrevistados costumam usar, como recursos pedagógicos em sala de aula, o livro didático e apresentações das aulas em slides e filmes para facilitar o aprendizado dos alunos surdos já que a visão é o órgão do sentido mais utilizado por eles. Consideram que a escola oportuniza a participação dos surdos nas atividades que desenvolve para todos os alunos. Não fazem adaptações no conteúdo para os surdos, porque a intérprete realiza o trabalho de tradução para libras das explicações e o aluno surdo é avaliado da mesma forma que o ouvinte. O maior desafio para os professores é aprender libras e acreditam necessária a inclusão de libras na formação básica de professor.

Para quatro funcionários da escola que convivem diariamente com surdos, a comunicação com eles é muito restrita, pois não sabem Libras e se comunicam por meio de mímicas. Todos acham importante saber se comunicar com os surdos e gostariam de receber treinamento.

Somente dois pais de alunos surdos incluídos retornaram a entrevista. Ambos descobriram que seus filhos eram surdos quando tinham dois anos de idade. Seus filhos começaram a frequentar a escola na idade correta, um por orientação de uma professora e outro por decisão familiar. Nenhum dos meninos recebe tratamento especializado, como fonoaudiólogo, por exemplo, porque não tem disponível, mas que gostariam de receber.

Existem trocas de informação constante entre os pais e professores e a comunicação no ambiente familiar e na comunidade é facilitada porque, além de libras, eles desenvolveram sinais próprios que ajuda na interação e que, por serem persistentes, conseguem se fazer entender. Recebem auxílio de familiares para a realização das atividades de casa. As famílias participam da vida escolar dos filhos surdos revisando os cadernos e comparecendo na escola para conversar com os professores. Um dos pais acredita que o melhor para o filho é estudar em classe regular, incluído, para facilitar o convívio social e que a escola deve dar atenção especial a escrita dele, porque ele não escreve por livre e espontânea vontade, somente copia o que vê. Já os pais de outro surdo acreditam que o filho deveria estudar em classe específica para surdos e que o filho tem frequência baixa e está constantemente pensando em desistir porque tem dificuldade de entender o que os professores falam, principalmente quando a intérprete não está na sala de aula.

É possível visualizar, a partir dos dados coletados, que a inclusão nesta escola acontece de forma tranquila, embora com alguns pontos a serem ajustados, principalmente no que diz respeito a comunicação em Libras por parte de professores e funcionários.

Os alunos surdos sentem-se bem no meio em que estão e são bem recebidos por todos os envolvidos no processo, tem apoio dos colegas e das professoras intérpretes de Libras para a realização das atividades diárias em sala de aula e conseguem participar das atividades gerais da escola.

A comunidade escolar aceita bem a presença dos surdos nas classes regulares e se esforça na comunicação com eles utilizando mímicas, enquanto

que os professores se utilizam de recursos visuais para trabalhar seus conteúdos em sala de aula, facilitando a compreensão por parte dos surdos.

Estas informações servirão de base para a ação principal do projeto de intervenção que é a atualização do PPP da escola e também outras ações poderão ser tomadas na escola a fim de melhorar a inclusão dos surdos para todos os envolvidos no processo.

5 A INCLUSÃO DE SURDOS, O PPP E A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA ANALISADA

O PPP da escola data do ano 2000. Construído de forma democrática, cita a Gestão Democrática como forma de administração. Os Princípios e Diretrizes que norteiam o PPP, na Temática 1, Educação: Democracia e Participação, têm como princípio de número 3: “Escola como espaço coletivo de construção de direitos e deveres (ética, valores, cidadania, responsabilidade), de exercício de democracia participativa, diálogo, justiça e igualdade” (PPP, 2000, p. 34). E da diretriz de número 1 consta: “Fortalecimento da participação da comunidade na escola e da escola na comunidade, qualificando a integração escola-família-sociedade, para o comprometimento de todos no processo educativo” (PPP, 2000, p. 34).

Outras diretrizes que também versam sobre a Gestão Democrática (PPP, 2000, p. 34):

4. Construção de um processo participativo de tomada de decisões administrativas, financeiras e pedagógicas, através da qualificação das relações entre os vários segmentos e setores da escola.
5. Participação da comunidade na elaboração do calendário escolar, oportunizando tempo/espaço para estudo e debate de práticas pedagógicas, de acordo com a realidade da escola.
6. Fortalecimento do Grêmio Estudantil e do Conselho Escolar como espaços representativos dos segmentos da comunidade escolar, de exercício da democracia participativa e de capacitação política e formação de lideranças.
7. Planejamento participativo como instrumento de trabalho coletivo na escola (PPP, 2000, p. 34).

Atualmente, a prática da Gestão Democrática na escola precisa ser aprimorada, embora aconteça de muitas formas. O Grêmio Estudantil está desativado, mas o Conselho Escolar e o Círculo de Pais e Mestres mantêm participação constante nas decisões pedagógicas e administrativas da escola. Alunos, professores e funcionários manifestam-se somente quando solicitados, não têm o hábito de expressar suas opiniões e anseios. Quando isso acontece, são ouvidos e atendidos, na medida do possível, pela equipe diretiva. Já com relação aos pais, é difícil tê-los na escola. Nas reuniões de entrega de avaliações comparecem de forma reduzida. Em outras reuniões, a grande maioria não costuma comparecer.

O PPP da escola refere-se à educação como direito de todos. Os Princípios e Diretrizes, na Temática 1: Educação: Democracia e Participação, têm como princípio de número 1: “Educação como um direito de todos” (PPP, 2000, p. 34). Também é abordado o tema na Temática 2: Construção Social do Conhecimento, no Princípio de número 1: “Conhecimento universal compreendido como um direito de todos, construído coletivamente como processo de desenvolvimento, apreensão e transformação da realidade e mediado pelo contexto histórico-social” (PPP, 2000, p. 34).

Especificamente em se tratando de inclusão de alunos portadores de necessidades especiais, o PPP da escola aborda, somente, na Temática 3: Políticas Públicas e Educação, Princípio de número 1:

A educação de qualidade social, direito de todos e dever do Estado, passa pela democratização do acesso, pela participação de toda a comunidade escolar e garantia de permanência e aprendizagem na escola pública, sem discriminação de qualquer natureza (PPP, 2000, p. 35).

E, na Diretriz de número 5, da mesma Temática: “Construção de políticas efetivas de inclusão de jovens e adultos, estudantes com necessidades educativas especiais, com previsão de recursos humanos, pedagógicos, tecnológicos e estrutura física” (PPP, 2000, p. 36).

Embora não constando do PPP, a escola acompanha a Legislação Federal e Estadual, no que diz respeito à inclusão de portadores de necessidades especiais, com a criação da Classe Especial para alunos surdos em 2001 e a Sala de Recursos Multifuncional em 2004, com professora devidamente habilitada para atender os alunos com necessidades especiais matriculados em classe regular.

A escola trabalha com inclusão de alunos surdos em classe regular desde 2005, quando incluiu uma aluna surda, proveniente da classe especial para surdos. Após, em 2006, outra aluna foi incluída, proveniente da mesma classe especial.

A primeira aluna incluída frequentou somente a classe especial por três anos, quando foi alfabetizada em Libras e Língua Portuguesa e, após, incluída na 3.^a série do Ensino Fundamental. Esta aluna foi pioneira na inclusão de surdos na escola e concluiu seus estudos, em 2013, no Ensino Médio.

A segunda aluna incluída frequentou somente a classe especial por cinco anos, período em que foi alfabetizada em Libras e Língua Portuguesa e, após esse período, foi incluída na 3.^a série do Ensino Fundamental e concluiu o 3.^o ano do Ensino Médio na escola em 2014.

Essas duas alunas incluídas em classe regular recebiam Atendimento Educacional Especializado no turno inverso ao das aulas regulares. A escola começa, então, a cumprir o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Art. 58: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Neste momento da inclusão, a escola não possuía intérpretes de Libras nas salas onde estavam as alunas incluídas, sendo que os familiares conseguiram algumas horas de intérprete de libras através da Justiça. Foi um aprendizado constante, tanto por parte dos professores quanto por parte das alunas surdas e dos alunos ouvintes.

Em 2012, a classe especial para surdos foi extinta, por orientação do Estado, e os alunos foram incluídos em classe regular. A professora que, antes, trabalhava com a classe especial, passa a realizar o Atendimento Educacional Especializado para Pessoas Surdas em uma sala própria, onde alfabetiza em Língua Portuguesa e Libras, além de prestar apoio aos alunos na realização de trabalhos, temas e avaliações, e orientar os professores das classes regulares nas formas de abordar os conteúdos para facilitar a inclusão. No outro turno, é intérprete de Libras nas classes onde estão incluídos quatro dos seis surdos.

O Estado do Rio Grande do Sul vem trabalhando para cumprir o que diz o Decreto Federal 5.626/2005, artigo 22:

II, § 2º. As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação (DECRETO 5.626/2005, Art. 22, II, § 2.º).

Medidas essas que consistem na disponibilidade de profissionais para o ensino bilíngue nas escolas, além de intérpretes de Libras para as classes regulares em que existam alunos surdos incluídos. Assim, em 2015, a escola recebeu, por designação do Estado, uma professora com 20h para trabalhar como intérprete de Libras nas classes em que estão os outros dois alunos surdos incluídos.

O AEE é realizado em turno inverso, por professor capacitado, em sala própria (AEEPS), que trabalha a alfabetização bilíngue, considerando Libras a língua principal do surdo, mas ensinando a ler, escrever e interpretar em Língua Portuguesa. O trabalho é realizado através da associação entre a Libras e a Língua Portuguesa, com muitas figuras e construção de materiais, além de filmes e jogos no computador, com muitos recursos visuais espalhados pela sala de aula, estando de acordo com o que diz DAMÁZIO (2007):

Os materiais e os recursos para este fim precisam estar presentes na sala de Atendimento Educacional Especializado, quais sejam: mural de avisos e notícias, biblioteca da sala, painéis de gravuras e fotos sobre temas de aula, roteiro de planejamento, fichas de atividades e outros (DAMÁZIO, 2007, p. 26).

Nas salas de aula regulares, onde estão incluídos os alunos surdos, vemos esses elementos relacionados a Libras nas turmas dos Anos Iniciais, onde somente um professor trabalha, juntamente com o intérprete de Libras. Nos anos finais, onde cada disciplina é trabalhada por um professor, não vemos esta preocupação com o lado visual da aprendizagem dos surdos nem a preocupação em referenciar o conteúdo trabalhado em Libras, embora os professores afirmem que utilizam muito o livro didático e filmes para que o aluno surdo aproprie-se de formas visuais para a aprendizagem.

A escola busca, constantemente, proporcionar formação aos seus professores e funcionários. Para isso, como não possui recursos financeiros para realização de formação pedagógica, vale-se das instituições públicas presentes na cidade e mantém parceria com Institutos e Universidades Públicas que realizam algumas formações aos professores da escola, além daquelas promovidas pelo Estado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de inclusão escolar expressa o conceito de sociedade inclusiva, aquela que não segrega os indivíduos, mas que modifica os seus ambientes e atitudes para tornar-se acessível a todos. A escola que valoriza as diferenças aproxima a escola comum da área da Educação Especial, na medida em esta última passa a ser construída no contexto escolar numa modalidade transversal que perpassa todos os níveis e etapas de ensino. Na articulação estabelecida entre o ensino comum e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), são privilegiados aspectos referentes à elaboração conjunta dos objetivos e planos de trabalho pedagógicos em que a Educação Especial não se configura um tópico à parte do currículo escolar.

A escola que estudamos está no caminho certo no que se refere à inclusão de surdos em classe regular. Embora ainda necessite de muitos ajustes, principalmente na reformulação do PPP, no geral está de acordo com a Legislação, em termos de inclusão de alunos surdos.

A escola proporciona aos seus alunos surdos incluídos uma educação bilíngue, com Sala de Atendimento Educacional Especializado para Pessoas Surdas com professor capacitado, em que os alunos são alfabetizados em Língua Portuguesa e Libras, sendo esta a sua primeira língua. Na sala de AEEPS, existem recursos visuais disponíveis adquiridos pela escola, enviados pelo Estado e também construídos pela própria professora juntamente com seus alunos.

Nas salas de aula do ensino regular, mesmo a maioria dos professores não possuindo domínio de Libras, os surdos incluídos conseguem apropriarem-se dos conteúdos e atividades trabalhados com a mediação realizada pelas professoras intérpretes de Libras.

Para melhorar o atendimento nas salas de ensino regular e capacitar os professores para a adaptação metodológica dos conteúdos, visando ao aluno surdo, a escola promove formações pedagógicas aos professores, utilizando-se das oportunidades oferecidas pelas instituições públicas, além de oportunizar que os docentes participem das formações oferecidas pelo Estado.

Todo este trabalho de inclusão de surdos que vem sendo realizado na escola deve, obrigatoriamente, constar no PPP da escola, documento este que

é o instrumento, por excelência, responsável por melhor desenvolver o plano de trabalho eleito e definido por um coletivo escolar, refletindo a singularidade do grupo que o produziu, suas escolhas e especificações.

A democracia se exercita e toma forma nas decisões conjuntas do coletivo da escola e se reflete nas iniciativas da equipe escolar. Para tanto, a inclusão dos surdos na escola deve constar no PPP, a partir das demandas da comunidade escolar e das metas a serem alcançadas. Através de uma gestão democrática, com a participação de toda a comunidade escolar, as demandas encontradas devem ser sintetizadas a fim de criar condições necessárias para a elaboração do planejamento e do desenvolvimento do trabalho pedagógico inclusivo e da avaliação processual das etapas e das metas propostas.

No PPP, devem ser previstos a organização e os recursos para o AEEPS: sala própria, matrícula de alunos surdos, aquisição de equipamentos, indicação de professor, articulação entre professor do AEE e do ensino regular, intérpretes de Libras, cursos e capacitação para professores e funcionários e a organização geral do ambiente escolar para uma inclusão de qualidade.

Uma escola inclusiva não é aquela que somente garante a matrícula para alunos portadores de necessidades especiais. Uma escola se torna inclusiva cotidianamente quando todos os seus agentes, perante esforços planejados coletivamente, reconhecem as diferenças dos estudantes no processo educativo, buscando práticas pedagógicas diferenciadas. A adoção dessas práticas depende de mudanças de posturas e atitudes, de permanente atualização e do desenvolvimento de novos conceitos, práticas e estratégias que estejam em consonância com a inclusão escolar. A escola está constantemente nesta busca. Pode-se dizer que cresceu muito desde a inclusão da primeira aluna surda. Hoje, os alunos surdos incluídos estão em um ambiente mais propício à aprendizagem do que antes; os professores estão mais seguros e confiantes por recebendo mais formações; e a equipe diretiva conta com maior apoio por parte do Estado, visto que as Leis se ampliaram e estão sendo, gradativamente, cumpridas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Evandro; **SILVA**, Maria Beatriz Gomes da. Sala-ambiente “Projeto Vivencial” como estratégia teórico-metodológica para a formação de gestores escolares. In: **SILVA**, Maria Beatriz Gomes da; **FLORES**, Maria Luiza Rodrigues (Orgs.). **Formação a distância para gestores da Educação Básica: olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1998

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação Especial. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002.

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria de educação Especial. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, n. 248, dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. **Resolução Nº 4, de 02 de outubro de 2009**. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento educacional especializado do aluno com surdez/Mirlene Ferreira Macedo Damázio, Carla Barbosa Alves**. – 1ª ed. – São Paulo: Moderna, 2010. – (Cotidiano Escolar – ação docente)

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado: pessoa com surdez/ SEESP/SEED/MEC** – Brasília/DF – 2007.

DAMÁZIO, M. F. M e **FERREIRA**, J. P. **Artigo Revista da Educação Especial / Secretaria de Educação Especial**. v.5, n. 1 (jan/jul) – Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

DAMÁZIO, Mirlene. **Educação escolar de pessoa com surdez : uma proposta inclusiva**. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000374273>. Acessado em 20 de janeiro de 2015.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

GADOTTI, M. Uma escola, muitas culturas. In: GADOTTI, M & ROMÃO, J.E. (org.) **Autonomia da Escola: princípios e propostas.** São Paulo: Cortez, 1997.

GRAFF, Patrícia. **Inclusão de Alunos Surdos: A Gestão das Diferenças Linguísticas.** Disponível em:

http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2010/Educacao_Especial/Trabalho/02_19_13_INCLUSAO_DE_ALUNOS_SURDOS__A_GESTAO_DASDIFERENCAS_LINGUISTICAS.PDF> Acesso em 05 de dezembro de 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Atendimento Educacional Especializado: políticas públicas e gestão nos municípios/Maria Tereza Eglér Mantoan, Maria Terezinha Teixeira dos Santos.** – 1ª Ed.- São Paulo: Moderna, 2010. – (Cotidiano escolar: ação docente).

PACHECO, J. EGGERTSDÓTTIR, R. e MARINÓSSON, G. L. **Caminhos para a inclusão.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola de Ensino Fundamental, Médio, Curso Normal e EJA de Ensino Médio, 2000.

QUADROS, Ronice M. de. **Língua Brasileira de Sinais.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Como fazer pesquisa-ação?**

Disponível em:

<http://www.ic.ufmt.br:8080/c/document_library/get_file?p_l_id=12683&folderId=53266&name=DLFE-2406.pdf> Acesso em 04 de novembro de 2014.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. (Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A escola em debate: gestão, projeto político-pedagógico e avaliação.** Retratos da Escola, Brasília: CNTE, v. 7, n. 12, p. 159-166, jan./jun. 2013